



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO  
246ª ORDINÁRIA**

1

1 **ABERTURA** – Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito às nove  
2 horas e vinte e sete minutos no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques,  
3 localizado na Av. Constantino Nery, 5.001 – Flores, foi realizada a **308ª (TRICENTÉSIMA**  
4 **OITAVA) Reunião e 246ª (DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA) Ordinária** do  
5 Conselho Estadual de Saúde-CES/AM. Cumprindo o rito regimental, o presidente do  
6 CES/AM **Dr. Francisco Deodato Guimarães** cumprimentou os presentes, e em  
7 conformidade com a pauta distribuída no prazo regulamentar aos integrantes deste  
8 Colegiado iniciou a reunião. Bom dia a todos e a todas, agradecer pela presença, registrar  
9 que esta é a primeira reunião de 2018 do CES/AM, nós temos quórum regimental, fizemos  
10 uma reunião ordinária e outra extraordinária e em nem uma delas obtivemos quórum, para  
11 convocação dessa reunião emitimos convocação individual para os conselheiros e hoje  
12 temos o quórum regimental. **ITEM 01- APROVAÇÃO DA PAUTA:** A pauta foi encaminhada  
13 aos conselheiros e nós temos uma solicitação de extra pauta encaminhada ontem por  
14 decisão da Mesa Estadual de Negociação que é a inclusão da extra pauta de uma decisão  
15 da composição da Mesa Estadual de Negociação, é uma extra pauta para deliberação. Não  
16 havendo mais proposta continuamos com o **ITEM 02- APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO**  
17 **DAS ATAS: 2.1 - 304ª (Tricentésima Quarta) Reunião, 243ª (Ducentésima**  
18 **Quadragesima Terceira) Ordinária**, realizada no dia 20 de dezembro de 2017, **305ª**  
19 **(Tricentésima Quinta) Reunião, 244ª (Ducentésima Quadragesima Quarta) Ordinária**,  
20 realizada no dia 30 de janeiro de 2018, **Ata da Reunião Ampliada da Diretoria Executiva -**  
21 **Mesa Diretora Ampliada, realizada no dia 01 de fevereiro de 2018 e 306ª (Tricentésima**  
22 **Sexta) Reunião, 245ª (Ducentésima Quadragesima Quinta) Ordinária**, realizada no dia  
23 06 de março de 2018. Não havendo observações, consideramos então aprovadas as atas.  
24 **ITEM 03 – COMUNICAÇÃO: 3.1 - Retomada dos trabalhos da Mesa Estadual de**  
25 **Negociação Permanente do SUS; Francisco Deodato Guimarães:** Gostaria de lê o  
26 documento, “Ofício nº1993/2018 – GSUSAM de 22 de março de 2018; Comunicamos a  
27 Retomada da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS no Amazonas, em  
28 15/03/2018 às 10:00 horas no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques,  
29 conforme decisão das reuniões (atas em anexo) ocorridas em: 19/02/2018, 22/02/2018,  
30 05/03/2018 e 12/03/2018”, essa documentação anexa trata das atas das reuniões e com  
31 esse comunicado a Mesa Estadual de Negociação comunica ao CES/AM a retomada dos  
32 seus trabalhos a partir de 15/03/2018 às 10:00 horas. **3.2 - As Comunicações Recebidas e**  
33 **Expedidas do CES/AM estão na Secretaria Executiva do CES/AM a disposição dos**  
34 **Conselheiros; 3.3 - Revista RADIS – Nº 179/180 – AGOSTO/SETEMBRO - 2017; 3.4 -**  
35 **Relatório de Gestão – 2016 – FVS; 3.5 - Processo Nº 001156/2018 – Núcleo Estadual do**  
36 **Ministério da Saúde – encaminha cópias dos relatórios finais da Auditoria realizados na**  
37 **Fundação CECON e SENSUMED; 3.6 - Processo Nº 004625/2018 – Associação de Pais de**  
38 **Crianças Cardiopatas do Estado do Amazonas – APACC/AM, solicitando cadastro no**  
39 **Conselho Estadual de Saúde – CES/AM; 3.7 - Comunicações da Câmara Técnica de**  
40 **Planejamento, Orçamento e Finanças – CTPOFIN, sobre os Quadrimestres de 2017; 3.8 -**  
41 **Ofício-Circular nº 62/2018/SECNS/MS – 21ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde,**  
42 **Entidades, Movimentos Sociais e Populares, informando da realização da Semana da**



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

2

43 Saúde, no período de 02 a 08 de abril de 2018. Encerradas as comunicações passamos ao  
44 próximo item. **ITEM 04 – INFORMES DOS CONSELHEIROS:** Conselheira **Cecília Leite**  
45 **Motta de Oliveira:** Bom dia a todos nós fizemos um comunicado em nome do CES/AM pelo  
46 falecimento da Secretária Executiva **Neide Rodrigues** que não media seus esforços na luta  
47 pelo Controle Social no Conselho Nacional de Saúde, foi entregue ontem e vai chegar às  
48 mãos do senhor cópia do CD do Relatório da 1ª Conferencia Estadual de Vigilância em  
49 Saúde que foi concluído e está sendo encaminhado para distribuir e também uma cópia  
50 desse CD eu transcrevi é o Relatório da Conferencia Estadual de Saúde de 2015 que  
51 entreguei pessoalmente em assembleia para o ex presidente e infelizmente sumiu esse CD  
52 então fiz novamente a gravação e encaminhei ontem para a Secretaria Técnica, informar  
53 também que nós tínhamos um curso de capacitação que estava previsto para o dia 11 e 12  
54 de Abril mas devido ao falecimento da secretária Neide eles pediram para prorrogar para o  
55 dia 30 de Abril e 1 de Maio, essa capacitação vai ser importante, inclusive nós estamos  
56 comunicando para todos os municípios e aqueles que quiserem a capacitação que venham  
57 participar, o Conselho vem aqui inclusive a parte da refeição, o almoço vai ser por conta do  
58 Conselho Nacional, a única coisa que eles pediram é que nós fizéssemos a reserva das  
59 salas, então já tem 51 conselheiros inscritos, são 8 conselheiros, 11 profissionais de saúde,  
60 12 de movimentos sociais, 5 gestores, 15 usuários. Uma comunicação do Conselho é a  
61 presença da Marcia Giovanna Freitas da Silva que ela veio aqui acompanhar o trabalho  
62 conforme as leis e resoluções que ela está pedindo uma ajuda para a secretaria técnica para  
63 se capacitar, ela é de Coari, seja bem-vinda companheira. O site é  
64 [www.controlesocial.org.br](http://www.controlesocial.org.br), eu encaminhei para todos conselheiros e municípios também.  
65 Quaisquer dúvidas entrem em contato com a Ana Eli ou comigo que passo as informações,  
66 obrigada. Conselheiro **Silvano de Souza Fonseca:** Bom dia colegas, eu quero falar sobre a  
67 **Resolução CIT número trinta e sete, do dia vinte e dois de março, que Dispõe sobre o**  
68 **processo de Planejamento Regional Integrado e a organização de macrorregiões de**  
69 **saúde**, o processo de Planejamento Regional Integrado (PRI) será instituído e coordenado  
70 pelo estado em articulação com os municípios e participação da União, a partir da  
71 configuração das regiões de saúde definidas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB),  
72 observando as seguintes orientações, aí tem as observações dessa resolução que União  
73 quase não participa desse planejamento regional Integrado. A legislação diz que o  
74 planejamento tem que ser ascendente, e nunca acontece isso, geralmente vem. Então isso  
75 para mim é uma novidade que é muito interessante, a nossa participação enquanto federal e  
76 estaremos na secção de apoio institucional, podemos participar e no dia dezoito a vinte e  
77 três de março, foi um encontro Nacional Integrado da Gestão do Ministério da Saúde no  
78 Brasil inteiro, eu achei interessante à participação do Amazonas. Conselheiro **Ronaldo**  
79 **André Bacry Brasil:** Bom dia a todos, informar sobre o item 3.7 onde fala da CTPOFIN em  
80 relação aos quadrimestres, dizer que nós temos apoio técnico, disponibilizado pela SUSAM,  
81 entretanto sem adesão de todos os conselheiros, nós temos uma participação muito  
82 pequena em relação ao quantitativo de conselheiros que temos no CES/AM, para a  
83 participação da discussão do RAG 2016, e do primeiro, segundo e terceiro quadrimestre  
84 2017, essa discussão é complexa, essa discussão passa por 10 governadores praticamente,



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

3

85 é um assunto extremamente problemático, a CTPOFIN tem conduzido o trabalho da forma  
86 mais transparente possível mais acredito que o resultado só terá sucesso com a participação  
87 efetiva de todos os conselheiros, principalmente para que evite uma discussão na plenária,  
88 temos aqui na CTPOFIN uma discussão extremamente de forma democrática. Com isso, eu  
89 peço a todos os conselheiros que participem das reuniões, nós faremos dia 06,13 e 20 de  
90 Abril a discussão sobre o RAG e os quadrimestres, os conselheiros que poderão participar  
91 dessa reunião que participem, nos ajudem, para que a gente possa concluir esse trabalho e  
92 possa realizar o controle social, digo também que nós enviamos o documento ao Ministério  
93 Público de Contas, informando o que estamos realizando no âmbito da CTPOFIN, para que  
94 através desse trabalho envie um relatório ao Ministério Público de Contas para  
95 conhecimento da situação, com isso eu aproveito a oportunidade para falar sobre a minha  
96 indignação em relação ao Ministério Público que resolveu atuar e tomou conta do Conselho  
97 Municipal de saúde e isso está me deixando muito preocupado, por que sinaliza que isso vai  
98 chegar aqui, nós estamos no momento de discussão do manual do TFD, então peço a  
99 clareza e que estejamos para qualquer momento o ajuizamento de uma ação do Ministério  
100 Público quando se refere aos trabalhos que estamos conduzindo aqui dentro da  
101 reformulação do Regimento do CES/AM, que o jurídico esteja preparado, aconteceu com o  
102 Conselho Municipal Saúde por que o prefeito não pediu apoio não pediu assessoramento  
103 jurídico, então peço a gestão, a presidência do Conselho Estadual de Saúde, que se  
104 preparem que se a gente enfrentar uma guerra que isso seja feito com todo o apoio que a  
105 SUSAM tem em relação a sua equipe de profissionais para que não haja descontinuidade  
106 nesse trabalho do Controle Social. Conselheiro **Darlisom Sousa Ferreira**: Bom dia a todos,  
107 eu tenho um informe que é que a partir do dia 02 de Abril eu não estou mais responsável  
108 pela direção da ESA- UEA, provavelmente serei substituído e não farei mais parte deste  
109 CES/AM. Conselheiro **Alberto Jorge Rodrigues da Silva**: Uma questão de esclarecimento  
110 ao que o conselheiro falou, o entendimento do Ministério Público está tendo e que passou  
111 para todos nós, é que a partir do momento em que o conselheiro toma posse, a vaga é do  
112 conselheiro, a instituição não pode mudar, é esse o entendimento que está sendo defendido,  
113 porque a vaga vai representar a organização, mas a organização não pode de imediato lhe  
114 tirar, seu nome consta lá no Diário Oficial, quem tomou posse foi o senhor, não foi a  
115 organização, então, é preciso levar para a sua organização esse dado específico, porque  
116 nessa dança de cadeira o que estava acontecendo, o movimento social dos usuários a bel  
117 prazer, estava fazendo a troca de nomes e o Ministério Público veio e disse que não é dessa  
118 forma, então, se vai o usuário também vai todos os demais. Com base pela discussão de  
119 que o conselheiro Ronaldo André destacou, tudo que está acontecendo em termos de  
120 intervenção do Ministério Público Estadual, não é novidade, cerca de 3 ou 4 anos atrás eu  
121 advertir que ou os conselhos fazem direito o seu papel, ou nós teremos problemas com o  
122 Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, só não disse Ministério Público de  
123 Contas, agora onde a coisa está complicada e que ainda ontem eu conversava com o  
124 conselheiro Gilson por conta desse revés, é que o Ministério Público deu advertência e o  
125 gestor municipal conduziu a coisa um tanto ao seu modo, e aí gerou uma série de distorções  
126 com a mesma instituição dos titulares, nós temos duas instituições com dois titulares, coisa



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

4

127 que não havia, eu já conversei com a doutora Silvana Nobre sobre isso, passei para ela  
128 essa preocupação, inclusive na conversa que tivemos, eu e Rui Guilherme com ela,  
129 alertamos para uma série de coisas que o Ministério Público efetivamente não tem aqui  
130 procuração para defender, mas eu acredito que em função das discussões que aconteceram  
131 no conselhos, o resultado não poderia ser outro e acredito senhores que nós estamos no  
132 momento impar neste conselho de sentar com os órgãos controladores de dialogarmos, de  
133 dirimirmos dúvidas acerca da recomposição do conselho e como é que a gente vai levar  
134 isso, hoje é algo muito sério, tanto que na conversa que tivemos eu e o Rui com a  
135 promotora, ela se colocou mais uma vez a disposição de dialogar com o conselho, então da  
136 mesma forma com que aconteceram as audiências com o Conselho Municipal e Ministério  
137 Público, eu peço senhor presidente que seria bastante interessante que este conselho  
138 solicitasse ao Ministério Público Estadual o mesmo modelo de audiência para que a gente  
139 pudesse diminuir dúvidas e dessa forma evitar os maiores atropelos para o próprio CES.  
140 Conselheiro **Isaac Gomes Benayon**: quero falar ao que se refere essa intervenção do  
141 Ministério Público de Contas no Conselho Municipal o que é em função da fiscalização, eu  
142 queria avisar aos nossos companheiros que o nosso movimento está entrando com mandato  
143 de segurança sobre certa intervenção que não é lei, são recomendações esta intervenção  
144 está sendo um pouco direcionada por algumas razões e eu quero assumir como  
145 coordenador do nosso fórum de Pessoas com Deficiência a minha meia culpa do tempo que  
146 passou porque na lei você perde prazo, ora esses conselhos devem ter a inclusão, e o  
147 conselho tem a nomenclatura de um secretário, para que se mude isso tem que se mudar a  
148 lei primeiro. Obrigado. Conselheiro **Gilson Apurinã Peixoto da Silva**: Bom dia a todos. É  
149 inevitável não fazer alguns informes a respeito do que foi mencionado aqui, informar que na  
150 sexta-feira encaminhamos a Minuta de Lei para a Dra. Silvana Nobre, agradecer aos  
151 conselheiros que fizeram parte dessa construção, registrar que a gente sente uma falta  
152 enorme dos demais conselheiros, queria agradecer as pessoas que estão aqui hoje e que  
153 participaram desse trabalho, registrar que houve uma discussão muito acaloradas mais  
154 extremamente válidas, registrar que todo esse processo que aconteceu, acontece por força  
155 de uma liminar, registrar que houve uma produção de aversão do conselho municipal de  
156 Manaus, registrar que o mérito da questão não foi julgada por tanto cabe recurso, solicito  
157 que registre em Ata que o Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do  
158 Amazonas em nome da entidade se considera constrangido pela aberração que a entidade  
159 foi obrigada a passar, sendo uma entidade que tem hoje dois titulares no Conselho Municipal  
160 de Saúde, e o constrangimento se dá pela ciência do presidente e de todos da entidade,  
161 situação essa totalmente errada. É isso. Conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza**: Bom  
162 dia a todos. Senhor presidente, eu queria como informe só comunicar que nós  
163 encaminhamos sexta-feira para a doutora Silvana Nobre a Minuta de Lei, através de ofício,  
164 para que protocolasse e tirasse cópia e até repassasse para que a gente possa ter em  
165 mãos. Essa decisão foi tomada pelos membros, para discutir essa minuta para que ela  
166 pudesse ter conhecimento e citar as recomendações que ela venha a fazer e nos encaminhe  
167 pelo prazo de 5 a 7 dias úteis então, foi pela comissão, não pelo colegiado, e não foi pelo  
168 colegiado pela falta de quórum e tudo isso nós colocamos no ofício que foi encaminhado



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

5

169 para a doutora Silvana, foi dado também toda uma discussão que foi colocada pelo Alberto  
170 Jorge até coloquei para ela aquela documentação. Nós temos que tomar decisões e se  
171 vamos marcar outra extraordinária para a aprovação ou não da minuta ou podemos  
172 aguardar a recomendação dela e em seguida seguimos o tramite. Concordo com a  
173 preocupação do Ronaldo André com relação ao Ministério Público, até porque tem algumas  
174 coisas que o Ministério Público tá tomando muito nas questões das resoluções e  
175 esquecendo da lei e eu estava aqui comentando com o senhor presidente que é por isso que  
176 nós começamos pela lei para ver o que nós tínhamos já defasado na nossa lei e poder  
177 trabalhar essa defasagem, como a própria constituição federal você vê que ela faz várias  
178 emendas porque ela já está ultrapassada, e a nossa está ultrapassada, tanto faz em face da  
179 lei complementar 141 quanto da resolução do Conselho Nacional e algumas outras leis, por  
180 isso que nós temos que trabalhar para depois dar continuidade ao regimento, temos que ver  
181 quando vamos fazer essa retomada. Eu queria colocar aqui também, conselheira Cecília, eu  
182 acredito que nessa capacitação deveria contemplar todos os conselheiros que estão  
183 atuantes nesse momento, nós sabemos quais são os conselheiros que estão no conselho  
184 estadual atuantes, que estão aqui na luta, então esses conselheiros devem ser premiados  
185 com a vaga nessa capacitação do Conselho Nacional. No mais, agradecer a presença de  
186 todos. Conselheiro **Alberto Jorge Rodrigues da Silva**: Só peço que seja corrigido que eu, a  
187 reunião não é do Alberto Jorge, a reunião do Ministério Público foi selecionada pelo  
188 Sindicato dos Psicólogos do Estado do Amazonas e a partir do momento em que a comissão  
189 concordou em que nesse espaço ela poderia ir conversar com a doutora Silvana Nobre e a  
190 doutora aqueceu em receber a comissão não era uma reunião apenas e tão somente do  
191 Sindicato dos Psicólogos mas também uma reunião da comissão. **Francisco Deodato**  
192 **Guimarães**: Eu gostaria apenas de comentar aqui uma consideração que eu considero  
193 importante do que foi dito aqui, primeiro eu gostaria de convidar a este rito que eu considero  
194 muito importante que é a retomada dos trabalhos da Mesa Estadual de Negociação  
195 Permanente do SUS, que esse é um compromisso do nosso governo, é um compromisso  
196 que nós só tornamos realidade graças ao processo de dialogo estabelecido com os  
197 representantes sindicais, graças à atuação dos sindicatos no processo de negociação com o  
198 governo, quero aqui ressaltar o importante papel da presidente Cleidimir, presidente Gilson,  
199 presidente dos seus respectivos sindicatos Alberto Jorge, a mesa é uma realidade, a mesa  
200 veio para ficar, a mesa precisa ser um instrumento do SUS e nós temos que daqui pra frente  
201 construir esse processo de consolidação dos instrumentos dos trabalhadores do SUS no  
202 nosso Estado, quero rapidamente registrar aqui a importante decisão da CIT, eu estava lá e  
203 o Silvano apontou aqui, é um documento novo que aponta para a regionalização no outro  
204 molde e essa semana nós tivemos dois temas muito importantes e uma coincidência  
205 interessante aqui é a presença da conselheira Heliana, nós tivemos dois movimentos muito  
206 importante essa semana, uma é o movimento na consolidação do projeto do curso de  
207 medicina em Coari, e eu não sei se vocês já tem esse documento, eu vou mandar para  
208 vocês, que é a aprovação do curso de medicina em Parintins, isso certamente muda o  
209 desenho, muda a realidade da formação de recursos humanos de saúde do interior e eu  
210 acho que nós precisamos colocar esses temas nesse novo modelo de regionalização que se



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**  
**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

6

211 discute hoje, eu estava na reunião de Brasília que definiram essa matéria e acho que é  
212 muito importante que a gente se apropria dessa discussão aí e a questão da formação  
213 porque certamente se vimos à questão da medicina irão outros cursos, enfim, mas eu acho  
214 que é importante a gente participar desse processo dessa construção desse projeto de  
215 medicina lá em Parintins. Eu queria fazer um agradecimento especial ao Ronaldo mais eu  
216 gostaria de registrar aqui que eu acho este é o papel do conselho, o TFD que era um tema  
217 muito recorrente porque ele trata de uma situação de atendimento a pessoas que precisam  
218 dele, nós encontramos esse programa por sete meses sem regularização, sete meses que  
219 as pessoas não recebiam o que tinham direito, e como eu disse ao Ronaldo tem sido esse  
220 trabalho que tem ajudado a Secretaria de Saúde levar esse tema para a situação de  
221 normalidade, normalidade é o que? Aquele cidadão que tem direito ao TFD receber  
222 regularmente, é só isso, não tem nada demais, só que faziam sete meses que as pessoas  
223 não recebiam o que tinham direito, então isso aí é realmente muito importante. Eu queria  
224 fazer um breve comentário a respeito de um tema abordado por vários conselheiros que aqui  
225 estão da relação dessa instância com o Ministério Público do Estado, aliás dizer aos  
226 senhores que nós recebemos uma solicitação de que nós apresentássemos um memorial de  
227 todas as atividades do Conselho Estadual de Saúde a partir do dia 5 de outubro quando nós  
228 tomamos posse até esta reunião, na verdade a solicitação que nós tínhamos era referente  
229 ao dia 20, como não teve quórum, vamos levar em conta tudo o que foi dito aqui, esse  
230 diálogo dos conselheiros com o ministério, a forma transparente como nós temos nos  
231 apresentado do ministério público, inclusive com essa posição de apresentar o trabalho que  
232 aqui foi feito para que o ministério faça a sua recomendação, recomendação é uma palavra  
233 muito claramente posto juridicamente quem recomenda não determina, agora é possível que  
234 o Ministério Público aja a instância superior e consiga uma decisão, assim também como o  
235 conselheiro Isaac falou é possível que qualquer um de nós podemos recorrer a uma  
236 instância superior e buscar uma decisão frente a nós, mas eu diria aos senhores que eu  
237 prefiro que toda a nossa relação seja de diálogo e de informação ao ministério público, ou  
238 seja, o Ministério Público não pode nos acusar de omissão e muito menos de que não tem  
239 as informações claramente do que aqui acontece, o fato de não interferir no rito  
240 administrativo que nós seguimos do Ministério Público a única recomendações que nós não  
241 seguimos foi a de nos retirarmos do Conselho os senhores sabem disso quando nós  
242 assumimos recebemos uma recomendação de que nós nos retirássemos do CES/AM, como  
243 era uma recomendação nós achamos por bem em seguir participando do conselho é o que  
244 estamos trazendo aqui, por que entendemos que a nossa ausência não contribuiria, só  
245 afasta o fórum do seu propósito, eu queria agradecer o trabalho daqueles que puderam  
246 contribuir com essa minuta e nós vamos aguardar as recomendações, o importante é que  
247 tanto o Ministério Público quanto nós mesmos possamos seguir, eu acho que esta reunião  
248 com a presença dos conselheiros alguns que não sabem se vão continuar, mais o  
249 importante é que haja quórum, por que também se houver ausência as pessoas dizem são  
250 os mesmos mais é por que os outros não participam, ora se não há participação ficaram as  
251 mesmas pessoas que estão de alguma forma presente, eu penso que é possível seguirmos  
252 assim, então feito esses registros agradeço a contribuição dos conselheiros. **ITEM 05 -**



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

7

253 **APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO: 5.1** - Poder Judiciário  
254 do Estado do Amazonas – Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual - Comitê  
255 Executivo Estadual da Saúde - CEES/AM, **solicita a indicação de 02(dois) membros do**  
256 **CES/AM, para compor o Comitê Executivo Estadual de Saúde do Estado do**  
257 **Amazonas, na qualidade de membro Titular e Suplente, para deliberação do pleno.**  
258 **Francisco Deodato Guimarães:** Na verdade este item é de uma importância muito grande  
259 por que é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça-CNJ e que inclusive se  
260 sustenta com um arrojado de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça que deu sua  
261 experiência nos Estados de uma instância da justiça que surge exatamente na tentativa de  
262 sair desse processo burocrático de processo judiciário desde nossa chegada na secretaria  
263 nós procuramos a juíza responsável a Doutora Etelvina Lobo Braga e propusemos a ela que  
264 nós estávamos dispostos a somar neste propósito para constituir essa Câmara de  
265 intermediação aqui no Estado do Amazonas e isso se tornou uma realidade e o ponto de  
266 pauta é o seguinte; o interessado é o Poder Judiciário do Estado do Amazonas que solicita a  
267 indicação de dois membros do CES/AM para compor o Comitê Executivo Estadual de Saúde  
268 do Estado do Amazonas na qualidade de membro titular e suplente, e nós trouxemos para  
269 esse pleno para decisão, informo também que nós já recebemos a notificação do Presidente  
270 **Flávio Pascarelli** que ele diz este processo será consolidado no dia 05(cinco) de abril  
271 quinta-feira dez horas, por tanto no dia cinco de abril o presidente Pascarelli vai dá posse e  
272 nós vamos assinar o termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado do  
273 Amazonas e a Secretaria de Estado da Saúde exatamente para dá seguimento a essa  
274 decisão do CNJ que é o poder de decisão sobre tudo das pequenas causas, das pequenas  
275 demandas do judiciário dos usuários, antes de colocar em votação quero fazer uma  
276 sugestão, eu creio que eles solicitaram que nós fizéssemos uma indicação paritária de  
277 gestores e trabalhadores são dois membros, gostaria de sugerir que o titular fosse alguém  
278 da representação de usuários é o ponto principal deste encontro não é uma imposição, mas  
279 gostaria que assim o fosse. Colocaram seus nomes a disposição o conselheiro **Ronaldo**  
280 **André Bacry Brasil, Isaac Gomes Benayon e João Batista da Costa Paula.** Conselheiro  
281 **Isaac Benayon:** eu quero defender que é importantíssimo para o nosso movimento de  
282 Pessoas com Deficiência participar desse Comitê por isso coloco o meu nome a disposição.  
283 Conselheiro **João Batista da Costa Paula:** também como usuário representante do  
284 segmento de Doenças Crônicas Degenerativas, acredito que na reportagem as Doenças  
285 Crônicas Degenerativas está ficando muito cumulativa acredito que é mais de setenta  
286 doenças crônicas no momento, é muito mais do que isso, eu coloco também o meu nome a  
287 disposição como representante dos usuários. Conselheiro **Alberto Jorge Rodrigues da**  
288 **Silva:** Eu concordo com a posição levantada pelo presidente da Mesa mais eu gostaria de  
289 observar o seguinte, levando em conta a peculiaridade desta representação, a segunda  
290 vaga no meu entender seria um representante da gestão, conversava agora mesmo com a  
291 Ana Selma é a questão da apresentação de dados, o dados de certo conselheiros tem que  
292 estar presente e acredito na particularidade, mais a presença de segundo suplente que seja  
293 da gestão que tenha acesso aos dados que possa estar efetivamente contribuindo é o nosso  
294 entendimento enquanto bancada sindical nós consideramos isso de suma importância.



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

8

295 Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho**: Gostaria de esclarecimento que eu  
296 considero adequado para isso, essa imposição diz respeito à judicialização da saúde que  
297 tem haver com a questão de grande público a maioria e o pequeno público, é assim um  
298 medicamento que foi descoberto na Suécia está em teste e alguém entra com uma ação  
299 contra a Secretaria de Estado de Saúde querendo obriga-la a fornecer esse medicamento o  
300 Conselho Nacional do Ministério Público da Justiça achou por bem montar equipes técnicas  
301 de apoio já que os juizes não tem domínio técnico dessas situações para saber se é  
302 adequado ou não fornecer o bem e o serviço, então não tem acredito haver com a gestão  
303 não, tem haver com o grupo técnico que vão dá apoio e subsidiar as decisões dos  
304 magistrados. **Francisco Deodato Guimarães**: Vou lê o teor do documento para os  
305 senhores, “Manaus, 22 de fevereiro de 2018. Ao Presidente do Conselho Estadual de Saúde  
306 do Estado do Amazonas. Senhor Presidente: Em atendimento ao determinado na  
307 Declaração do I Encontro do Fórum Nacional do Judiciário para a saúde. Recomendação  
308 CNJ nº 31 de 30 de março de 2010; Recomendação CNJ nº 36 de junho de 2011;  
309 Recomendação CNJ nº 43 de 20 de agosto de 2013; Resolução CNJ nº 107 de 6 de abril de  
310 2010; Resolução CNJ nº 238 de 6 de setembro de 2016, solicito a Vossa Excelência a  
311 indicação de dois membros desse Conselho para compor o Comitê Executivo Estadual de  
312 Saúde do Estado do Amazonas, na qualidade de membro e suplente. Outrossim, esclareço  
313 que o Comitê expressa esforço conjunto da sociedade e do Estado em busca de  
314 compromisso que possa solucionar os problemas e a devida efetividade de direito na área  
315 de saúde (ações para compra de remédio e tratamento de alto custo) e outras questões que  
316 acarretam transtornos no cumprimento das medidas judiciais. Certa da colaboração desse  
317 Conselho, na pessoa de Vossa Excelência, aguardo resposta com a máxima urgência  
318 possível”. Gostaria de informar aos senhores que a Doutora Etelvina Braga solicitou a  
319 Secretaria de Saúde do Estado e não é o Conselho a indicação de técnicos para compor o  
320 grupo técnico que vai assessora-la isto aqui não é um grupo de assessoramento é um  
321 Comitê e aqui como eu disse, ela não falou de gestão como usuário, ela solicitou um titular e  
322 um suplente membro do Conselho, portanto não guarda relação com assessoria técnica,  
323 assessoria técnica é um grupo que ela vai montar de profissionais que provavelmente ela vai  
324 escolher inclusive a luz daquilo que ela considera tecnicamente viável, inclusive me disse  
325 que vai solicitar de outros organismos como universitários como existe hoje no DABE, nos  
326 órgãos de justiça em todas as suas instancias. Conselheiro **Alberto Jorge Rodrigues da**  
327 **Silva**: por que eu fiz este argumento com base naquilo que nós estamos tendo experiência  
328 na Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, é como foi colocado neste  
329 documento lido pelo presidente há uma assessoria técnica que vai ser organizada do ponto  
330 de vista técnico, agora no questionamento, no ordenamento de despesas, de aquisição no  
331 meu entendimento, o Estado tem que indicar alguém da gestão que tenha conhecimento,  
332 tenha domínio disso é uma questão de estratégia, por que na Mesa o que aconteceu  
333 sempre, representante do Estado nunca podia tomar nem uma decisão quando se precisava  
334 de alguma informação de dados financeiros como SEFAZ dizia, há não ninguém pode falar  
335 absolutamente nada por que tem que consultar a SEFAZ o Secretário para trazer a resposta,  
336 quando se falava na questão financeira SUSAM tem que se falar com o Secretário Executivo



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

9

337 para dá a resposta hoje a Mesa de Negociação Permanente do SUS com a presença de  
338 uma representatividade do poder de decisão da SEFAZ e da SUSAM mudou o tom da graça,  
339 então nós temos que ser bastante pragmáticos. **Francisco Deodato Guimarães**: gostaria  
340 de fazer uma observação que acredito que vai ajudar, sua preocupação é legítima, correta,  
341 mais eu queria dizer o seguinte, esta sua preocupação já está contemplada, o tribunal de  
342 justiça já está convocando a Secretaria de Estado de Saúde que já está presente neste  
343 momento, aqui nós estamos tratando da representação do Conselho e como a SUSAM só  
344 tem como representante eu e José Rodrigues que está afastado, gostaria de agradecer toda  
345 a sua preocupação e dizer que ela já está atendida e abrir mão da condição de gestão  
346 representante no CES/AM de participar eu faço apenas uma única sugestão acho que o  
347 titular da representação do CES/AM deveria ser um representante do usuário ou dois  
348 usuários. Vamos fazer uma Bom nós temos três proposituras para duas vagas, conselheiro  
349 Ronaldo André, Isaac Benayon e João Batista. Conselheiro **Isaac Benayon**: Gostaria de  
350 corroborar e retirar minha candidatura e deixar a do João Batista, mais já fazer uma defesa  
351 que gostaria de contar com os votos para o conselheiro Ronaldo André. **Francisco Deodato**  
352 **Guimarães**: vamos colocar uma preliminar aqui? Alguém discorda da sugestão da  
353 conselheira Heliana Feijó de que os dois representantes sejam usuários? Não havendo, há  
354 consenso! Então nós temos dois nomes, o conselheiro Isaac Benayon retirou seu nome,  
355 então precisamos escolher somente quem será o titular e o suplente, então em consenso o  
356 conselheiro Ronaldo André Bacry Brasil será o titular e o conselheiro João Batista da Costa  
357 Paula suplente. Aprovado então já informo os conselheiros que no dia 05(cinco) de abril  
358 quinta-feira às 10(dez) horas na sala de reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do  
359 Amazonas décimo andar no edifício Desembargador Arnaldo Peres avenida André Araújo –  
360 Aleixo. **5.2** - Apresentação do Plano Estadual de Saúde Integral da População Negra –  
361 2018/2019, pelo Departamento de Atenção Básica - DABE/SUSAM; **Apresentação**: Jani  
362 Kenta Iwata – Chefe de Departamento de Atenção Básica – DABE. **Carmem Marques**,  
363 Técnica da SUSAM lotada no DABE: Bom dia a todos vai apresentar a proposta da Ação da  
364 Saúde do Negro, é importante conhecermos um pouco da questão da população negra, o  
365 que temos? Temos 53,9% da população brasileira formada por homens e mulheres negros,  
366 é uma população em extrema situação de vulnerabilidade social, qual a característica dessa  
367 população? Menor Renda, Baixo Grau de Escolaridade e Habitação Precária, e não diferem  
368 da situação também no Estado do Amazonas. Temos alguns dado: Dos 10% da população  
369 com menor renda, 75% são pretos ou pardos; 45% da população preta ou parda não  
370 concluiu o ensino fundamental; Pretos ou pardos estavam 73,5% mais expostos a viver em  
371 um domicílio com condições precárias, 67% do público atendido pelo SUS é negro. A  
372 apresentação encontra-se arquivada na Secretaria Executiva do CES/AM para consulta dos  
373 conselheiros. **Georgina Sarkis**: Bom dia, sou responsável pelo Programa Saúde da  
374 População Negra, estou como convidada da minha colega e parceira e vou colocar para  
375 vocês a disponibilidade da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA que há muito tempo vem  
376 realizando um trabalho integrado com a Secretaria de Saúde do Estado com relação a  
377 operacionalização da Política da População Negra, quando nós trabalhamos unidos o  
378 trabalho cresce, o trabalho melhora consideravelmente, estou me colocando enquanto



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

10

379 profissional, enquanto pessoa e aproveitando o momento para dizer para vocês que será  
380 com certeza mais um trabalho para somar, duas linhas importantes foram construídas na  
381 Atenção Básica que serve de apoio para todo e qualquer trabalho realizado com a  
382 população negra, o teste do pezinho, a doença Falciforme é muito presente na população  
383 negra, a função da Atenção Básica é acompanhar o tratamento da doença falciforme, o  
384 tratamento é são feitos nos hemocentros e nós estamos enquanto instituição de portas  
385 abertas para receber todos vocês, os movimentos sociais estão também conosco para que o  
386 nosso trabalho seja cada vez melhor, estamos abertos para sentar e discutir,  
387 operacionalizar, a crescer o trabalho de todo mundo, todo esse pessoal que está aqui que  
388 conhecemos tem uma contribuição para dá, então estamos a disposição. Muito Obrigada.  
389 **Francisco Deodato Guimarães:** antes de passar a palavra para os conselheiros que vão se  
390 manifestar, gostaria de agradecer a apresentação e gostaria já de submeter aqui que esta  
391 matéria trata apenas da apresentação formal, todo o projeto precisa receber as  
392 considerações para isso é preciso que haja uma relatoria e eu gostaria de sugerir o nome do  
393 conselheiro **Alberto Jorge Rodrigues da Silva**, visto que ele tem militância e tem trabalho  
394 junto à população negra antes de qualquer das manifestações que vamos ter que devemos  
395 independente disso são apenas observações e esta, a apresentação será feito uma relatoria  
396 para ser apresentada na próxima reunião. Conselheiro **Ronaldo André Bacry Brasil:** acho  
397 extremamente pertinente a indicação do conselheiro Alberto Jorge Rodrigues da Silva,  
398 gostaria de fazer uma recomendação, recentemente nós tivemos a discussão do Comitê  
399 Estadual de DST/HIV dentro da possibilidade onde a CTPOFIN assumiu essa demanda e  
400 na ocasião nós fizemos com um grupo de pessoas que estão vivendo com DST/HIV mais  
401 nós fizemos a discussão de uma forma extremamente ampla, então a sugestão para o  
402 conselheiro Alberto Jorge é que proceda da mesma forma. Conselheiro **Alberto Jorge**  
403 **Rodrigues da Silva:** na fala do conselheiro Ronaldo André é muito bem vinda por que esse  
404 é um assunto que está correndo nas minhas veias tanto que digo o seguinte saio do  
405 movimento sindical para entrar de cabeça na questão do movimento negro que não fosse o  
406 pedido da bancada sindical, do próprio Ministério Públicos e vários outros pedidos para que  
407 eu continuasse levando em frente a situação sindical eu sinceramente saio do sindicalismo  
408 sem medo de ser feliz para me dedicar exclusivamente a essa temática honrando o sangue  
409 negro que tem nas minhas veias por parte da minha bisavó que nasceu dentro de senzala  
410 na cidade do Ceará, pedir para colocar o mapa da população por que o presidente Welinton  
411 Gonzaga quando secretário municipal de saúde nós fizemos em conjunto com a SEMSA um  
412 Seminário sobre a saúde integral da população negra e naquela época a Carmem estava na  
413 coordenação nós tínhamos todo um planejamento que infelizmente não foi dado  
414 continuidade e um dos pontos fundamentais era justamente o geo referenciamento, a  
415 identificação da população negra por que muito recente ainda se comete absurdo de achar  
416 que a população negra é no geral, ainda se comete o erro de se destacar apenas no nosso  
417 presente população quilombola como o ponto central desta bandeira de luta, quando não é,  
418 nós conseguimos provar por dados estatísticos em 2014 que o povo tradicional de terreiro  
419 de Matriz Africana se dividem em três grupos étnicos, tem um número considerável nesta  
420 cidade que tem sangue negro mais não se identificam como negro, já está provado



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

11

421 cientificamente que a população negra não tem a mesma resposta tradicionalmente utilizado  
422 para a população branca, é preciso medicamento diferenciado e o SUS não tem por conta  
423 de dados principalmente a cerca da população negra, identificar a população negra é um  
424 baixo custo, então temos que olhar essas diferenças com muito cuidado, essas nuances,  
425 essas diferenças que existem, é uma população diferenciada, que você precisa saber  
426 identificar para poder tipificar, notificar, eu agradeço de coração a sua indicação, agradeço a  
427 sugestão do conselheiro Ronaldo André, vou me empenhar ao máximo possível para  
428 realizar esse trabalho, agora falo ao senhor como secretário de saúde, precisamos estruturar  
429 e fortalecer a coordenação da saúde da população negra, nós precisamos dialogar com  
430 todas as representações mais principalmente sensibilizar a participação, peço ajuda dos  
431 conselheiros que me ajudem nesse trabalho da população negra. Obrigado. Conselheiro  
432 **Gilson Apurinã Peixoto da Silva**: Eu quero começar dizendo ao conselheiro Alberto Jorge  
433 que eu me aceito, mais não deixo me identificar como indígena de fato e de direito, tenho  
434 raízes negra, tenho raízes de povo de axé, tenho informações como se dá a participação  
435 dos profissionais de saúde da família nesse processo, na minha vivencia quem vai ao campo  
436 colher dados é o ACS, quem vai de casa em casa, quem preenche o relatório, quem colhe  
437 aquele dado raça e cor é o ACS, não é o médico, não é o enfermeiro, não é o técnico de  
438 enfermagem, a preocupação se dá como vai ser esse trabalho devido a grande quantidade  
439 de atribuições do ACS, as pessoas tem receio de se declarar negro, mestiço e atualmente  
440 até indígena, gostaria de esclarecimento como vai ser realizado de fato esse trabalho.  
441 Conselheiro **Ronaldo André Bacry Brasil**: inicialmente parabenizar a apresentação,  
442 recentemente fazendo um estudo sobre a evolução da população infelizmente esses dados  
443 é do senso 2010, precisamos fazer uma analogia desse estudo que eu fiz, pegando essa  
444 estimativa aí, mais é de conhecimento que houve um acréscimo na população, essa  
445 população precisa de atenção, peço sua atenção nessa evolução desses dados para que  
446 possamos dá o devido valor para essa população que está invisível nessas informações  
447 infelizmente. Conselheiro **Darlisom Sousa Ferreira**: primeiro parabenizar pela apresentação  
448 desse trabalho, eu considero muito importante a implementação de qualquer política com  
449 eficiência e eficácia, o sucesso da operacionalização de qualquer política passa pelo  
450 componente educacional é o clamor do profissional, da gestão, da assistência, do próprio  
451 Controle Social, a formulação permanente para esse avanço das políticas, então gostaria de  
452 colocar dois instrumentos importantes da Universidade a serviço não só dessa política mais  
453 de outras políticas, que possam ser útil para o Controle Social. Conselheiro **Isaac Gomes**  
454 **Benayon**: eu queria acrescentar é que onde está quem tem patologia para que possamos  
455 cuidar melhor dessa população. Conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho**: Fico  
456 satisfeito de ser do conselho e poder discutir essas questões, já se trator de duas questões  
457 fundamentais, a invisibilidades dessa população e a dificuldade de acesso, é um grande  
458 desafio para o conselheiro, mais a primeira grande tarefa é descobrir essa população, é  
459 preciso haver um envolvimento da população e talvez como o conselheiro Alberto Jorge  
460 chamou atenção localizar os terreiros que estão distribuídos em Manaus que eles estão em  
461 locais onde não tem cobertura da Atenção Primária, as pessoas não tem acesso e o risco  
462 atribuídos a essas populações são muito mais elevados a começar pelo desfecho e ai quero



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

12

463 terminar dizendo assim, é preciso trabalhar a Atenção Básica no Município. Conselheiro  
464 **Alberto Jorge Rodrigues da Silva**: está em tramitação na assembleia Legislativa do  
465 Estado do Amazonas a regulamentação da lei 12.288/2010 Estatuto da Igualdade Racial e  
466 que tem um capítulo que trata da saúde da população negra, sou o relator e juntamente com  
467 o Deputado Sabá Reis que está formalizando uma audiência pública com os interessados  
468 para discutir essa matéria. **Carmem Marques**: Só lembrando uma questão que é  
469 fundamental que a política é uma política transversal ela passa por todas essas  
470 singularidades específicas da população negra, quanto a questão da capacitação nós  
471 estamos potencializando a educação permanente, então estamos utilizando as ferramentas  
472 e os cursos de especializações, então tudo isso perpassa por um processo de construção  
473 que precisa de outras instâncias para assegurar que isso seja realmente efetivo no Estado  
474 do Amazonas. **Francisco Deodato Guimarães**: muito obrigado pela sua apresentação.  
475 Senhores conselheiros gostaria de solicitar a atenção dos senhores, nós temos uma  
476 situação que me foi trazida ontem pela conselheira Ana Selma trata-se da exigência de  
477 demissão de servidores pelo Tribunal de Contas do Estado dada a importância e a  
478 gravidade da situação, eu solicitei ontem a presidente do tribunal uma audiência que poderia  
479 ser hoje ou amanhã o gabinete dela me telefonou me informando que ela só poderá me  
480 atender hoje às 11 horas e trinta minutos por amanhã ela viaja e só volta na outra semana,  
481 eu queria solicitar a atenção dos senhores apenas para a inversão de pauta por termos mais  
482 dois pontos de pauta o 5.3 e o 5.4 que é encaminhado pela Mesa Estadual de Negociação  
483 Permanente do SUS, dada a importância desse item eu gostaria de solicitar a compreensão  
484 dos senhores para fazermos uma rápida inversão de pauta só para que eu pudesse  
485 participar desse item e nós ficamos apenas com um item e se não der tempo não  
486 compromete a decisão do Conselho. Então eu vou fazer a apresentação do item **5.4**. Ofício  
487 nº 001/2018 da Mesa Estadual de Negociação – MENPS/SUA-AM, reunião em assembleia  
488 com alteração em seu Regimento. Ela terá que submeter ao Conselho Estadual de Saúde,  
489 submetendo a seguinte alteração. É apenas um item de alteração no seu artigo 4.  
490 Encaminhamos cópia do Regimento Interno da Mesa Estadual de Negociação Permanente  
491 do SUS/AM com a alteração do Artigo 4 intitulado “Dos Integrantes” para conhecimento e  
492 referendo quanto à alteração, sob a aprovação dos membros presentes na primeira Reunião  
493 Ordinária ocorrida em vinte e seis de março de dois mil e dezoito, as nove horas no centro  
494 de convenções do Amazonas Vasco Vasquez, sala nove, onde foi aprovado o regimento  
495 com o acréscimo de mais quatro membros que irão compor a Mesa, sendo duas entidades  
496 representantes da classe dos trabalhadores, quais sejam, Sindicatos dos Trabalhadores em  
497 Controle e Combates de Endemias e Sindicatos dos Médicos do Estado do Amazonas.  
498 Como a Mesa é paritária, e duas Entidades representantes da Gestão, Secretaria de Estado  
499 da Fazenda – SEFAZ, e Procuradoria Geral do Estado-PGE é apenas uma alteração de  
500 composição onde participaram da Mesa formalmente o Sindicatos de Endemias e o  
501 Sindicato dos Médicos do Amazonas e do lado da gestão, Secretaria de Estado da Fazenda  
502 – SEFAZ, e Procuradoria Geral do Estado PGE, em discussão. Conselheira **Cleidinir**  
503 **Francisca do Socorro**, cumprimentou os presentes dizendo quando se trata deste item  
504 importante, que é a retomada da Mesa de Negociação do SUS, importantíssimo para o



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

13

505 momento que estamos vivendo da negociação na área da saúde. Eu, enquanto sindicato,  
506 iria questionar ao coordenador geral da Mesa e aquilo que foi falado pelo Conselheiro  
507 Alberto Jorge anteriormente, estamos vivenciando um processo importantíssimo na Mesa de  
508 Negociação, coisa que nunca existiu, pessoas com poder de decisão. Tiveram pessoas que  
509 enviaram para meu whatsapp “Cleidinir, você como sindicato acatou uma decisão colocada  
510 da gestão?” porque a decisão é dos trabalhadores! Eu não estou falando dessa decisão,  
511 estou falando de decisão dentro da Mesa, o poder de decisão, coisa que nós não tínhamos e  
512 hoje nós estamos vendo mais dois acréscimos importantíssimos na Mesa de Negociação,  
513 que é a SEFAZ e a PGE, porque temos vários questionamentos de legislação e onde  
514 também iremos discutir sobre legislação e legalidade, então hoje estamos com a Mesa de  
515 Negociação retomada. Quem ganha com isso principalmente é a população e a classe  
516 trabalhadora, e também a gestão, porque não conversamos na mesa a questão do dissídio  
517 coletivo do serviço público e a data base e, graças a Deus, conseguimos para o servidor  
518 público ter sua data base, que vinha se descumprindo pelos governos anteriores desde dois  
519 mil e quinze. Vinha descumprindo uma Lei que nós lutamos anos e anos para que isso  
520 acontecesse e estava sendo descumprida pelos governos passados e aí só temos que  
521 agradecer. Como falei lá ontem, ninguém é aliado, somos parceiros porque com parceria  
522 todos ganham. Se você para a discussão, você trava as negociações. Quero agradecer pela  
523 gestão estar de portas abertas e com isso as coisas andam e quem ganha é o trabalhador, a  
524 população que tem um serviço de qualidade e a gestão que está abrindo as portas e  
525 sentando com os servidores públicos. É isso que tenho a dizer e agradecer por este órgão,  
526 que é a Mesa de Negociação. Conselheiro **Alberto Jorge Rodrigues** se posiciona dizendo  
527 “Senhores Conselheiros, quero registrar aqui ao longo destes quatro anos a bancada  
528 sindical da Mesa Estadual de Negociação – MENPS/SUA-AM, não esteve parada. Nós  
529 insistimos, persistimos e insistimos várias e várias vezes junto aos governos que se  
530 passaram e não foi fácil. E tem aquela coisa, não adianta o trabalhador querer fazer ou nós  
531 temos apoio da base integralmente o tempo inteiro não dá para liderança sindical ficar  
532 servindo de bode expiatório, colocando a cabeça do lado de fora. Hoje quem quiser  
533 interpretar da maneira que bem entender, estou pouco me lixando, mas eu gostaria, Dr.  
534 Deodato, aqui na sua presença, registrar a forma transparente com que o senhor conduziu a  
535 retomada dos trabalhos da Mesa Estadual de Negociação – MENPS/SUA-AM. Foi com  
536 respeito, foi com dignidade, ouvindo a todos nós com respeito acima de tudo e hoje temos  
537 uma Mesa fortalecida, uma Mesa que está se atendo a lei do respeito onde o trabalhador de  
538 fato está conseguindo colocar tudo aquilo que precisa, embora que seja para conhecimento  
539 deste colegiado, não para efeito de aprovação, preciso que se registre que todo esforço esta  
540 sendo feito para que a Mesa Estadual do SUS de fato aconteça e efetive seus trabalhos,  
541 finaliza agradecendo a todos. Com a palavra, a Conselheira **Cecilia Leite Motta de Oliveira**  
542 faz seu pronunciamento dizendo “Conselheiro **Alberto Jorge**, realmente faz-se necessário  
543 que saia uma resolução aqui do CES para registrar o retorno da Mesa. A Mesa realmente  
544 passou por uma situação muito crítica, sem apoio da gestão durante anos. Participei da  
545 alteração do PCCS, não tivemos apoio da Gestão da época, e já trabalhei com a equipe que  
546 está trabalhando agora com Dr. Orestes, durante muito tempo no município e lá a Mesa



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO**  
**246ª ORDINÁRIA**

14

547 continua e continuará, porque tem um trabalho, existe uma base. Então o que faltou aqui na  
548 Mesa Estadual foi justamente esta base, o Gestor deixou a gente sozinha. O Gestor  
549 abandonou a Mesa, a Cleidimir sabe disso, e todos sabem disso aqui, que fiquei sozinha  
550 nisso, então estou feliz com a retomada da Mesa, obrigada. **Francisco Deodato**  
551 **Guimarães:** Como disse o conselheiro **Alberto Jorge** apesar de ser o item informação para  
552 o conselho tomar conhecimento disso, com essa ata de recebimento de decisão, a Mesa  
553 poderá dar procedimento no seu processo de recomposição apenas no seu item quatro,  
554 apenas no item quatro o Sindicatos de Endemias e o Sindicato dos Médicos do Amazonas e  
555 do lado da gestão, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, e Procuradoria Geral do  
556 Estado PGE, com isso nós encerramos o item. **5.3 - Apresentação, Discussão e Deliberação**  
557 **do Parecer dos Conselheiros:** Gilson Apurinã Peixoto da Silva, Cecília Leite Motta de  
558 Oliveira e Luana Kelly Lima Santana do **Processo Nº 037541/2017 - Conselho Regional de**  
559 **Farmácia – solicitando cumprimento da Lei Nº 13.021/2014 e súmula 561 STJ –**  
560 **Contratação de Profissionais Farmacêuticos; Apresentação:** Gilson Apurinã Peixoto da  
561 Silva - Conselheiro do CES/AM. Conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza:** senhor  
562 presidente quanto a esse item gostaria de colocar um ponto, a questão do item 5.3 pelo  
563 apreço e respeito muito grande que eu tenho pelo conselheiro Gilson Apurinã, Cecília Motta  
564 e Luana Kelly, mais eu vou pedir vista desse processo pelo fato de não ter visto como  
565 secretário da Mesa Diretora o processo e a forma como ele foi encaminhado e por não ter a  
566 clareza de proferir meu voto nesse processo estou pedindo vistas. Conselheiro **Antônio de**  
567 **Pádua Quirino Ramalho:** senhor presidente uma questão de ordem eu entendo que  
568 primeiro se apresente o parecer para depois solicitar o pedido de vistas. **Francisco Deodato**  
569 **Guimarães:** O conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza** já registrou o pedido de vistas  
570 do processo, o conselheiro **Antônio de Pádua Quirino Ramalho** fez uma questão de ordem  
571 solicitando que a relatoria apresentasse seu parecer, a Mesa Diretora vai conceder a  
572 questão de ordem do conselheiro Antônio de Pádua e posteriormente para a manifestação  
573 que o conselheiro Rui Guilherme já mencionou. Com a relatoria a palavra. Conselheiro  
574 **Gilson Apurinã Peixoto da Silva:** começo dizendo ao conselheiro Rui Guilherme que o  
575 pedido de vistas é lícito tão somente após a apresentação e inclusive cessa qualquer  
576 discussão, por tanto a apresentação é garantida. “Parecer **Processo: 17101.037541/2017-**  
577 **12 - Interessado: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO AMAZONAS – CRF/AM -**  
578 **Objeto: NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13021/2014 – CONTRATAÇÃO**  
579 **DE PROFISSIONAIS FARMACÊUTICOS - CONSIDERAÇÕES INICIAIS:** Considerando a  
580 Lei no. 13.021/2014 e da Súmula 561 do STJ; Considerando as prerrogativas exclusivas do  
581 Profissional Farmacêutico; Considerando a RDC 306 de 2004 (Gerenciamento de Resíduos)  
582 e RDC 44/2009 ou 20/2011 (Antibióticos), bem como a Portaria no. 344/1998 (Controle  
583 Especial) estipulam que o controle de medicamentos especiais e demais atividades  
584 relacionadas ao cuidado e armazenamento de antibióticos e, ainda, descarte adequado de  
585 medicamentos devem ser feitos por profissional habilitado, a saber, profissional  
586 farmacêutico; Considerando que o Art. 67 da Resolução no. 344/1998 da Anvisa, os  
587 medicamentos de controle especial devem ficar sob a responsabilidade integral do  
588 profissional farmacêutico, inclusive armazenados em ambiente de segurança com chaves



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

**308ª REUNIÃO  
246ª ORDINÁRIA**

15

589 sob o poder do referido profissional; Considerando o risco jurídico pelos exercícios ilegais da  
590 profissão, dos possíveis desvios de função observados em algumas unidades de saúde pelo  
591 CRF/AM; Considerando o risco de saúde pública para a população; Considerando as  
592 informações contidas no Processo 17101.037541/2017-12 do Conselho Regional de  
593 Farmácia do Amazonas – CRF/AM; Considerando as fiscalizações realizadas e os  
594 Relatórios encaminhados para a SUSAM e o CES pelo CRF/AM; Considerando haver  
595 profissionais Farmacêuticos aprovados no último concurso público, ainda vigente; **DA**  
596 **ANÁLISE:** O Conselho Regional de Farmácia do Amazonas – CRF/AM recebeu informações  
597 da FVS de que dos 62 Municípios do interior do Amazonas, cerca de 18 destes, não possui  
598 Farmacêuticos no quadro de servidores, tornando estes Municípios descredenciados para o  
599 recebimento do medicamento Talidomida pelo Ministério da Saúde. As atividades dos  
600 Profissionais Farmacêuticos hoje no quadro estão sendo acumulado de forma a  
601 sobrecarregá-los, o que tem sido observado nas fiscalizações como, por exemplo, nas  
602 Unidades de grande porte como: Hospitais, SPA'S, Policlínica e Caps. Foi observado pelo  
603 CRF/AM que CAICS e CAIMI'S também realizam atividades Farmacêuticas e não possuem  
604 Profissionais Farmacêuticos no quadro. Também a deficiência no quadro de profissionais  
605 Farmacêuticos pode gerar maior custo com descarte de medicamentos, produtos não  
606 padronizados além de promover um risco maior a população quanto a administração errada  
607 de medicamentos. **CONCLUSÃO:** Recomendamos o cumprimento da Legislação  
608 13.021/2014 e que: a) Sejam convocados Profissionais Farmacêuticos para o quadro  
609 funcional; b) Registrar as Unidades de Saúde do Estado no CRF/AM". É o parecer.  
610 Conselheiro **Rui Guilherme Neves de Souza:** só para ratificar o meu pedido de vistas  
611 senhor presidente. **Francisco Deodato Guimarães:** gostaria de agradecer a presença de  
612 todos vocês que se fizeram presentes nessa reunião, muito obrigado. **ITEM 06 – O QUE**  
613 **HOUVER:** Duração individual de 03 minutos, seguindo em ordem de inscrição. Não houve  
614 Manifestações nesse item. Conselheiros Titulares presentes: **Francisco Deodato**  
615 **Guimarães, Heliana Nunes Feijó Leite, Cleidimir Francisca do Socorro, Ana Selma**  
616 **Rodrigues Pinheiro, Cecilia Leite Motta de Oliveira, Rui Guilherme Neves de Souza,**  
617 **Isaac Gomes Benayon e Roberto de Assis Rodrigues.** Conselheiros Suplentes: **Silvano**  
618 **de Souza Fonseca, Judas Tadeu Jerônimo de Almeida, Darlison Sousa Ferreira, Gilson**  
619 **Apurinã Peixoto da Silva, Antônio de Pádua Quirino Ramalho, Alberto Jorge**  
620 **Rodrigues da Silva Ronaldo André Bacry Brasil e João Batista da Costa Paula.**  
621 Ausências Justificadas: **Heliana Nunes Feijó Leite, Ana Karla Pimenta de Almeida e**  
622 **Luana Kelly Lima Santana.** A presente Ata foi elaborada pela Técnica do CES/AM **Maria**  
623 **Francinete Rebelo Lobão** e revisada pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de  
624 Saúde do Amazonas, **Ana Eli de Vasconcelos Guimarães,** que após aprovação da  
625 Plenária do CES/AM e assinada pelos responsáveis por sua elaboração, será arquivada na  
626 Secretaria Executiva do Conselho, para fins documentais, à disposição dos interessados.  
627 Manaus, 27 de março de dois mil e dezoito.



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**  
308ª REUNIÃO  
246ª ORDINÁRIA

16

628

629

630

631

**Maria Francinete Rebelo Lobão**

632

Técnica do CES/AM

633

634

635

**Ana Eli de Vasconcelos Guimarães**

636

Secretária Executiva do CES/AM

637

638

639

**OBS: Informamos aos senhores conselheiros que apesar dos esforços alguns pronunciamentos foram inaudíveis.**

640